

ACÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM INDÍGENAS PANKARARU-PE

Elizângela Cardoso de Araújo Silva¹
PPGSS-Universidade Federal de Pernambuco
Codjo Olivier Sossa²
PIMES-Universidade Federal de Pernambuco
Dra. Maria das Graças e Silva³
PPGSS-Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões sobre a importância do trabalho de extensão universitária no processo de pesquisa na pós-graduação em Serviço Social. A metodologia utilizada para análise do objeto em questão tem como material, a própria memória da experiência dos autores elaborados no planejamento e execução da ação; os relatórios de pesquisa e a sistematização dos diálogos realizados com professoras indígenas durante o Curso de extensão: Formação social e econômica do Brasil - questão regional e indígenas no Nordeste, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Considerando como fundamental a indissociabilidade entre as dimensões da pesquisa, ensino e extensão, a realização do doutorado em Serviço social possibilitou sucessivas aproximações entre teoria e prática na dinâmica de participação de profissionais indígenas na definição da concepção como também, na construção da ação de extensão universitária e a sua execução. A ação foi realizada de forma paralela às atividades de campo de duas pesquisas de doutorado realizadas na UFPE por uma assistente social indígena e por um estatístico, economista de origem africana, ação essa, voltada para indígenas do povo Pankararu.

Palavras-chave: Curso de Extensão, Indígenas, Pankararu, Nordeste.

¹ Indígena etnia PANKARARU da Aldeia Bem Querer de Cima, Sertão de Pernambuco. Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e SS (Nepass/UFPE). E-mail: elicardosoaraujo17@gmail.com.

² Beninense da etnia ADJA, Estatístico, Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Doutorando em Estatística/Economia pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. E-mail: oliviersossa@gmail.com

³ Assistente social, Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. E-mail: [<gracita.pe@gmail.com>](mailto:gracita.pe@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a realização do curso extensão desenvolvido com profissionais e lideranças comunitárias indígenas do povo Pankararu sobre a Formação social do Brasil e do Nordeste e Questão Regional. Os sub-temas trabalhados foram: Divisão regional do trabalho no Brasil; Desenvolvimento social do Nordeste; Indígenas no Nordeste; Vida e trabalho Indígena no Nordeste; Organização social e cultura do Povo Indígena Pankararu; Território Indígena Pankararu.

A idéia da atividade extensionista surgiu da constatação de que os participantes (indígenas Pankararu), mesmo com suas vidas marcadas na totalidade por uma cultura e uma existência marcada por peculiaridades étnicas; mesmo considerando que em sua maioria contam com formação técnica específica para atuar nas áreas da educação e da saúde, relatam não ter acesso a conhecimentos teóricos específicos sobre a história das populações indígenas no Nordeste de forma sistemática e pedagógica. Considera-se que a universidade, historicamente, exerce seu papel social de formar profissionais e pesquisadores com competência para difundir e compartilhar, na modalidade de extensão, o conhecimento adquirido na dinâmica do ensino e da pesquisa. Assim, a proposta fundamenta-se no objetivo de possibilitar que os cursistas conheçam as trajetórias e as condições de vida dos povos indígenas na formação social do Brasil e do Nordeste e realizem estudos sobre a particularidade da vida indígena Pankararu no Sertão de Pernambuco.

Na atualidade, o desafio que se põe ao pensamento crítico e aos profissionais da educação é contribuir para a ruptura com os padrões hegemônicos, lutando pela construção de outro destino à ciência e à riqueza socialmente construída. Em face disto, as universidades públicas, em especial os cursos de graduação, encontram-se desafiados a ampliar o leque de experiências no âmbito da formação acadêmica, possibilitando uma ruptura com o modelo centrado na transmissão de conhecimentos por meio de um conjunto instituído de componentes curriculares.

METODOLOGIA

Este trabalho baseia-se na análise por parte dos professores do curso de extensão, da importância da realização dessa modalidade de atividade articulada à dinâmicas de pesquisa na pós-graduação. Considerando que a principal proposta do curso é promover conhecimento acerca dos processos históricos que determinaram a formação social do Nordeste e as configurações da ocupação das populações indígenas nas aldeias e fora delas, a dinâmica educativa do curso exige a leitura crítica de grandes pensadores da formação social do Brasil, reflexão e debates que possibilitem a articulação entre o cotidiano da vida indígena na aldeia, a história dos processos de deslocamento na região e as formas de organização econômica, de produção e reprodução social. Os participantes antecipam as leituras dos textos disponibilizados pela equipe para terem condições de acompanhar e participar ativamente das aulas, argumentando e dialogando com os autores e professores. Ao final do curso, os/as alunos/as apresentam um trabalho com análise sobre uma temática relacionada às demandas da vida indígena, com a dinâmica do seu povo, do seu território.

O principal público alvo do curso é constituído de indígenas Pankararu. O curso propõe-se ser ofertado para indígenas do povo Pankararu: Professoras da rede estadual, Agentes Indígenas de Saúde - AIS, Agentes Indígenas de Saneamento - AISAN, lideranças e técnicos de enfermagem do povo Pankararu do Bem Querir de Cima. Exceção feita ao público interno da UFPE (04) e 2 representantes de grupos comunitários, todos os demais participantes serão indígenas Pankararu. De acordo com os dados dos serviços de educação e saúde local, existem 76 famílias moradoras da aldeia Bem Querir de Cima, totalizando 230 indígenas. Nas 15 aldeias do Território Indígena existem cerca de 7.000 indígenas da etnia em todo município de Jatobá, PE e mais de 200 profissionais da rede de educação e saúde; Na aldeia Bem Querir de Cima existem 12 profissionais de educação, 5 profissionais de saúde residentes na comunidade.

A metodologia desse trabalho envolve atividades visitas, conversas, mobilização, organização da proposta do curso com as professoras indígenas (primeiro semestre de 2019), execução das atividades de formação: aulas, debates, atividades de leitura e escrita de janeiro até novembro de 2019. As aulas previstas para iniciar na última semana de junho de 2019. A elaboração de relatórios deve ocorrer em dezembro de 2019.

DESENVOLVIMENTO

O povo indígena Pankararu concentra-se territorialmente em uma região ribeirinha do São Francisco, no Sertão Pernambucano. Estudos antropológicos, baseados em registros oficiais e em história oral do povo, indicam que a formação das primeiras aldeias Pankararu foram implementadas por missionários que buscavam encontrar “almas para conversão”⁴.

Antes da construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica (até o final de 1980), os índios Pankararu concentravam-se, especialmente, em dois núcleos geográficos: a região da margem do rio São Francisco e a sua maior parte, na região de serras localizada na divisa de três municípios: Tacaratu, Petrolândia e Jatobá (região sertaneja do estado de Pernambuco)⁵. Considerando a problemática fundiária própria da realidade brasileira, marcada por profunda desigualdade no acesso e posse de terra, a aldeia assume essa função histórica contraditória na vida dos povos indígenas brasileiros. Ela significou e significa: segurança, possibilidade da vida coletiva, de trabalho, de sociabilidade nos rituais dos grandes terreiros sagrados (principais momentos de socialização e conexão para o povo), a proteção solidária da rede de parentesco para o trabalho, a criação dos filhos, de idosos. Porém, no caso das condições de vida nas aldeias Pankararu nos períodos de seca, fases de desgaste do solo e a falta de água suficiente ou de sua má qualidade, são situações que comprometem a própria reprodução da vida humana dos indígenas. Em períodos de longa estiagem, as fontes de água ficam comprometidas, além de distantes e salobras para muitas famílias. A falta de água ou mesmo o acesso à água salobra na Aldeia Bem Querer foi um dos principais motivos de deslocamentos de indígenas, de saída das aldeias. Esses deslocamentos compreendem um movimento entre as aldeias da mesma etnia e das aldeias para à margem do rio São Francisco. A água é um bem natural fundamental para a reprodução da vida humana por exercer funções vitais como: produção de alimentos, garantia da higiene, realização do trabalho, manuseio da terra, dos animais. Por ser tão importante e tão escassa no sertão nordestino, também se tornou moeda de troca e símbolo de opressão e dominação política, como ressalta Silva

⁴ A política de aldeamento se dá durante todo período colonial no Brasil, cumprindo a função de restringir a vida indígena em um determinado território, favorecendo a dominação implementada pelo colonizador. No caso do Povo Pankararu, o aldeamento se deu com a retirada de parte dos índios de uma região chamada Cana Brava (onde atualmente encontra-se o município de Tacaratu), durante o século XVIII compondo o que hoje também é o núcleo central indígena, o “Brejo dos Padres”. O Brejo dos Padres é lugar onde está a “Fonte Grande”, uma importante nascente água doce que fica no coração da aldeia central (ARRUTI escreveu uma dissertação de Mestrado sobre a história e a formação do aldeamento e reconfigurações do povo Pankararu: ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. O Reencantamento do Mundo: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. UFPJ, Museu Nacional, Rio de Janeiro. 1996).

⁵ O povo Pankararu está distribuído em 15 aldeias. São pequenas comunidades rurais distribuídas na região da divisão dos municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia.

(2007). A condição de vida no Semiárido brasileiro é muito desafiadora. Construiu-se uma visão histórica no Brasil sobre o semiárido como “o lugar da miséria e da seca” (SILVA, 2007, p. 466). No entanto, as condições climáticas da região não são os únicos determinantes para os movimentos de entrada e saída dos indígenas nas aldeias. A própria condição histórica de ocupação, acesso e uso da terra da região, na formação econômica do Nordeste, foi determinante para o empobrecimento e a construção de processos de resistência indígena nos sertões. Os elementos históricos da formação social e econômica do Nordeste é um debate formativo primordial para os profissionais que atuam nos serviços de educação e saúde na aldeia, no sentido de ampliar a qualificação técnica e os fundamentos teóricos das ações de intervenção junto aos usuários desses serviços.

A população indígena sertaneja no Nordeste foi marcada pela intensa exploração da produção colonial, aldeamentos, escravidão e deslocamentos compulsórios dos povos originários. Na realidade dos povos indígenas do Nordeste Brasileiro existem diversos movimentos de deslocamento que levaram a novas formas de reagrupamento envolvendo: dispersão, desaldeamento, retorritorialização. No período colonial, os povos indígenas passaram por constantes processos de deslocamento coletivos forçados, levando a situações como o aldeamento (a fixação coletiva de nativos em determinados territórios) o que levou ao rompimento de muitos dos elementos da sua condição originária⁶. As pesquisas de Arruti (1996) e Oliveira (1998) tratam dos processos de “*etnogênese*” vividos pelos povos indígenas no Nordeste. Trata-se da emergência de novas identidades no decorrer do século XX. Arruti (2017) destaca que no Nordeste - região de colonização mais antiga - “todos os seus aldeamentos indígenas foram oficialmente extintos em um período de menos de 10 anos, entre as décadas de 1860 e 70”.

Em decorrência da Lei de Terras de 1850, os estados da federação foram incumbidos de fazer o cadastramento de todas as terras devolutas existentes em seus territórios. Para isso foram instituídas Comissões de Medição e Demarcação, constituídas por engenheiros e cartógrafos, que içaram com a responsabilidade de avaliar, a partir de um conjunto restrito de itens (a incorporação no mercado de trabalho local, a existência de casamentos com brancos e a profissão da fé cristã), se os aldeados ainda eram indígenas se já se haviam civilizado. A resposta das Comissões foi, invariavelmente, a constatação da civilidade dos aldeados (ARRUTI, 2017, p.8).

Como assevera Arruti (2017), a avaliação de “indianidade” da Lei de terras atuou significativamente para a reconfiguração dos agrupamentos indígenas, já que muitos grupos considerados misturados ou civilizados, embora aldeados, deixaram de ser tratados como

⁶ Porém, as mudanças culturais e sociais vividas pelos povos originários no Brasil, não apagaram suas possibilidades de criar novas formas e significados de unidade étnica.

“índios”. Não se pode perder de vista as práticas de agrupamentos e assimilação forçados aos “índios” durante toda colonização, um projeto civilizatório integracionista que impôs mudanças aos povos originários. Por dentro de criação e manutenção dos aldeamentos, se deu o controle e a escravidão indígena como parte da organização da produção colonizadora até o século XVIII. “No século XIX, a região [Nordeste] contava com mais de 60 aldeamentos, ocupados por cerca de 27 nações indígenas, oficialmente extintas até às vésperas de 1880” (ARRUTI, 2017, p. 8). Porém, a extinção dos aldeamentos nesse período, não extinguiu os “índios” e a possibilidade de ressurgimento por reagrupamento como formas de resistência indígena nos sertões do Nordeste:

Apesar da violência e antiguidade do processo de expropriação de tais grupos, esse último golpe [a extinção das aldeias], que marca a sua extinção oficial, foi fundamentalmente de caráter classificatório e jurídico. Por força de um conhecimento técnico que postulou a sua reclassificação de índios para caboclos, eles deixaram de ter a prerrogativa legal de estar sob a administração de missionários e de dispor de terras de uso comum dos aldeamentos (ARRUTI, 2017, p. 8).

Os reagrupamentos indígenas no Nordeste são resultados de um longo processo histórico próprio da exploração econômica da região. A formação econômica da região, os processos de dispersão da população, as reconfigurações na divisão do trabalho e a precária economia de subsistência estiveram relacionadas à decadência dos ciclos de alta produtividade do açúcar determinaram as condições concretas da vida indígena nessa região. Como destaca Oliveira (1998): “No Nordeste [...] os “índios” eram sertanejos pobres e sem acesso à terra, bem como desprovidos de forte “contrastividade” cultural. Em uma área de colonização antiga, com as formas econômicas e a malha fundiária definidas há mais de dois séculos” (OLIVEIRA, 1998, P. 53).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para efeito deste trabalho, a produção do conhecimento supõe a afirmação sistemática do tripé ensino-pesquisa-extensão, considerando: 1) Que a esta proposta de extensão emerge de uma experiência de pesquisa e busca reforçá-la, a partir do contato sistemático dos alunos e pesquisadores com a realidade; 2) Que a execução deste projeto supõe a troca entre os conhecimentos científicos, ministrados na academia e aqueles adquiridos pela comunidade, na sua experiência cotidiana; 3) Que tanto a atividade extensionista quanto a produção de dados e de informações dela oriunda podem constituir substrato importante para o reforço do conjunto das atividades de ensino; 4) Que a intervenção junto à comunidade supõe investir

nas potencialidades de formação dos moradores e profissionais como sujeitos críticos, ativos e protagonistas da construção do território e de sua história. Por fim, com o desenvolvimento das atividades elaboradas e as propostas neste texto pretendemos contribuir para a formação de estudantes com espírito críticos, propositivos e atuantes, comprometidos com a necessidade de aprimoramento dos serviços públicos ofertados na comunidade indígena. Espera-se, ainda, produzir experiências capazes de chamar a atenção da comunidade acadêmica para a possibilidade de inovações pedagógicas caucionadas no tripé ensino-pesquisa-extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade enfrenta desafios de se fazer presente nas comunidades durante as trajetórias de construção de pesquisas. Essa relação com o público externo constitui-se numa troca muito rica. É possível, em determinadas ocasiões, interagir com as comunidades ofertando ações de extensão, no sentido de cumprir com a função de disseminação de conhecimento já acumulado fortalecendo os vínculos entre internos de ensino, pesquisa e extensão.

A realização das pesquisas na pós-graduação permite entender a realidade, a organização social e as demandas da vida do povo indígena Pankararu, um dos primeiros grupos reconhecidos pelos órgãos do Estado brasileiro como “índios no Nordeste” nas três primeiras décadas do Século XX. A realização de ações de extensão permite dar o retorno da produção desse conhecimento para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem escolar das novas gerações, uma das principais questões que justificam a relevância desse trabalho.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **Morte e vida do Nordeste indígena**. Revista Estudos Históricos, vol. 8, n. 15. Rio de Janeiro, RJ. 1995, p. 57-94.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1996.

ARRUTI, José Maurício. **A situação no Nordeste.** Disponível em:
<<https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/a-situacao-no-nordeste>>.
Acessado em: 27 de fevereiro de 2017.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Conferência realizada no concurso para professor-titular da disciplina Etnologia, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997. MANA 4(1):47-77, 1998.